

# "Grupo dos 32" reduz projeto a 240 artigos

ANC P 4

11 AGO 1987

BRASÍLIA — A mais recente versão do projeto de Constituição redigida pelo esforço suprapartidário do "grupo dos 32", coordenado pelo senador José Richa, tem um nome peculiar — "projeto Ícaro", sucessor do "projeto Tântalo" — e adota alguns conceitos bastante polêmicos. Deputados, senadores, governadores e prefeitos poderão ser reeleitos, enquanto o presidente da República, com funções muito limitadas, porque o regime é parlamentarista, disporá de cinco anos de mandato sem direito à reeleição.

O regime é parlamentarista e, segundo o projeto, o primeiro-ministro só poderá ser escolhido entre os membros do parlamento. O presidente da República é, de acordo com esta idéia, o comandante supremo das Forças Armadas, chefe do Estado e o responsável pela unidade, independência e o livre exercício das instituições nacionais. Ele nomeia os ministros do Poder Judiciário, os embaixadores, o presidente e os diretores do Banco Central.

O projeto do "grupo dos 32" ainda será objeto de negociação com o grupo que se formou ao redor do deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). Apesar de ainda constarem do projeto Ícaro definições de reforma agrária e sobre o conceito de empresa nacional, ontem as negociações já haviam avançado. O "grupo dos 32" prevê desapropriações com o correspondente pagamento em títulos da dívida pública, enquanto os dois grupos já evoluíram para o pagamento em dinheiro.

**Segredos** — O projeto Ícaro desprezou a alínea G do item VI do artigo 17 do anteprojeto da Comissão de Sistematização, que afirma que "não haverá documentos sigilosos a respeito de fatos econômicos, políticos, sociais, históricos e científicos, passados vinte anos de sua produção". O projeto cria a eleição para governador do Distrito Federal, junto com a do presidente da República, e diz que lei complementar irá disciplinar o funcionamento do Legislativo e do Executivo na capital da República.

O projeto cria tribunais regionais federais, um Superior Tribunal de Justi-

ça, composto de 36 membros, e mantém o Supremo Tribunal Federal com as suas atuais atribuições. Determina que entre as atribuições da União está legislar sobre o acesso ao mercado interno de modo a "viabilizar o desenvolvimento"; e também que toda atividade nuclear em território nacional só será permitida para fins pacíficos. Compete ao Congresso Nacional legislar sobre tributos, impostos, fiscalizar a União e estabelecer os efetivos das Forças Armadas.

O projeto Ícaro, que ainda é uma proposta, tem 240 artigos e neste particular mostra-se mais enxuto que seu antecessor, o Tântalo, que possui 297 artigos. Os dois projetos são bem menores que o da Comissão de Sistematização, que está com 496 artigos. Econômico nas definições, o projeto Ícaro evitou se definir, nas disposições transitórias, sobre o mandato do atual presidente da República.

**Centro liberal** — O grupo "centro liberal" - articulação dos conservadores da Constituinte - aguarda o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) divulgar seu substitutivo, dia 23, para formar um bloco com uma parte do PMDB e do PFL, mais o PDS, PTB e PL. "O grupo é anti-esquerda e pela livre iniciativa" — disse o líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (PDS-RJ), resumindo os objetivos do centro.

Segundo Amaral Netto, o novo agrupamento poderá contar com 100 dos 304 constituintes do PMDB, 100 dos 131 do PFL, todo o PDS (35), o PTB (19) e o PL (sete). É praticamente o mesmo bloco que o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos articuladores, tentou formar em apoio ao presidente Sarney.

A Comissão de Sistematização se reúne hoje para receber oficialmente mais nove emendas populares. Já foram recebidas 18 propostas, mas oito não preencheram os requisitos mínimos e, dessas, seis foram subscritas por constituintes e deverão, portanto, ser analisadas junto com as emendas de plenário oferecidas por parlamentares. Duas ficaram apenas como sugestões.